

HABEAS CORPUS Nº 493.136 - SC (2019/0040681-1)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : JEFFERSON HONORATO BORGES
ADVOGADO : JEFFERSON HONORATO BORGES - SC033034
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : PATRÍCIA DALPONTE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PATRÍCIA DALPONTE, apontando como autoridade coatora a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no julgamento da Apelação Criminal n. 0003058-79.2010.8.24.0078.

Noticiam os autos que a paciente foi condenada à pena de 12 (doze) anos de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso no artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

Inconformada, a defesa apelou, tendo o recurso sido desprovido.

Sustenta o impetrante que o defensor dativo nomeado para patrocinar a ré não teria sido pessoalmente intimado da data da sessão em que o recurso seria apreciado, tampouco do acórdão nele proferido, o que ensejaria a nulidade do julgamento.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor da acusada e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que o aresto impugnado seja anulado, determinando-se que outro seja realizado com a prévia intimação do advogado nomeado.

É o relatório.

Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento pacífico no sentido de que "*a ausência de intimação pessoal do defensor dativo acerca dos atos do processo, a teor do disposto no art. 370, § 4º, do CPP, causa de nulidade absoluta*" (HC 461.837/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 01/10/2018), circunstância que reveste o pedido dos requisitos necessários ao deferimento da cautela requerida, uma vez que, conforme a documentação acostada ao feito, a notificação do advogado nomeado para patrocinar a paciente foi feita por meio de publicação no Diário de Justiça (e-STJ fls. 939 e 956).

Ante o exposto, **defere-se** a liminar para suspender os efeitos do acórdão impugnado, até o advento da decisão colegiada sobre o mérito deste *habeas corpus*.

Comunique-se, **com urgência**, à Corte de origem, bem como ao Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Urussanga/SC.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere à existência ou não de intimação pessoal do defensor dativo acerca dos atos praticados no julgamento do recurso de apelação.

Com estas, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

